

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.950 - SP (2018/0217396-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RECORRIDO : ANTONIO DE JESUS
AGRAVANTE : ANTONIO DE JESUS
ADVOGADO : PEDRO NELSON FERNANDES BOTOSSI - SP226233
AGRAVADO : BRADESCO SAUDE S/A
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por ANTONIO DE JESUS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim resumido:

APELAÇÃO - Plano de Saúde - Ação de Obrigação de Fazer - Segurado aposentado que trabalhou por mais de 10 anos na empresa - Beneficiário de contrato coletivo de assistência médica - Pretensão de continuidade do vínculo nas mesmas condições vigentes - Sentença de procedência - Inconformismo da ré - Ilegitimidade ad causam da ré e denunciação da lide da ex-empregadora do autor Descabimento Seguradora ré que é parte legítima para figurar no polo passivo da ação, pois é ela que, na qualidade de administradora de serviços de assistência à saúde por planos coletivos, é responsável, direta ou indiretamente, pela decisão de exclusão do autor da qualidade de beneficiários do referido seguro - Alegação de que o contrato de cobertura securitária "sub judice", tem natureza "não contributária", uma vez que o autor não pagava as mensalidades do plano, as quais eram arcadas por sua empregadora Descabimento Preenchimento dos requisitos art. 31, da Lei nº 9.656/98 - Sistema de coparticipação que não afasta o caráter contributivo do custeio do plano de saúde - O prêmio a ser pago deve corresponder à somatória da quantia que já era descontada mensalmente de seu salário, com a média dos gastos suportados pela empregadora com seus funcionários ativos nos últimos 12 (doze) meses anteriores do desligamento do apelado, tudo a ser apurado em liquidação de sentença - Recurso desprovido, com observação (e-STJ fl. 285).

Os embargos de declaração opostos pelo ora agravante foram rejeitados (e-STJ fls. 338/342).

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões de seu especial, o autor alegou, em síntese, que houve ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, pois o aresto recorrido foi omissivo quanto ao fato de que além de haver coparticipação, na espécie teria havido efetiva contribuição direta ao plano de saúde, de modo que seria devida a sua manutenção, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/98.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 393/402 (e-STJ).

Concomitantemente, BRADESCO SAUDE S/A interpôs recurso especial alegando que houve ofensa aos arts. 458, § 2º, IV, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT; e 30, § 6º e 31, ambos da Lei nº 9.656/98, ao argumento de que seria indevida a manutenção do autor no plano de saúde coletivo, porque não realizou qualquer contribuição durante o vínculo empregatício. Apontou, ainda, dissídio jurisprudencial sobre o tema.

Contra esse recurso há contrarrazões às fls. 365/391 (e-STJ).

Admitido apenas o apelo nobre da instituição financeira (e-STJ fls. 405/409), houve interposição do agravo de fls. 413/425 (e-STJ), o qual foi impugnado às fls. 428/438 (e-STJ). Vieram os autos conclusos para análise.

É o relatório. Passo a decidir.

Diante da relevância do tema versado, impõe-se a conversão do agravo manejado por ANTONIO DE JESUS em recurso especial, para melhor exame da controvérsia, sem prejuízo de novo exame de admissibilidade deste.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo de ANTONIO DE JESUS para determinar a sua reautuação como recurso especial.

Prejudicada, por ora, a apreciação do apelo nobre de BRADESCO SAUDE S/A, que será efetuada conjuntamente com a do recurso da parte adversa, após sua conversão.

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília, 23 de setembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator